

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
*CAMPUS* – CHAPECÓ  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL,  
POLÍTICAS SOCIAIS E TRABALHO PROFISSIONAL

SABRINA MELLO LAZARIN

**VIOLÊNCIA SEXUAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA TRANSFORMA(DOR)**

Chapecó  
2025

**SABRINA MELLO LAZARIN**

**VIOLÊNCIA SEXUAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA TRANSFORMA(DOR)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado na Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Especialista em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional

Orientadora Profa. Dra. Deborah Cristina Amorim

Chapecó  
2025

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Lazarin, Sabrina Mello  
VIOLÊNCIA SEXUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA  
TRANSFORMA(DOR) / Sabrina Mello Lazarin. -- 2025.  
28 f.:il.

Orientadora: Dra. Deborah Cristina Amorim

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização  
Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho  
Profissional, Chapecó, SC, 2025.

1. CREAS; gênero; violência sexual. I. Amorim,  
Deborah Cristina, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

SABRINA MELLO LAZARIN

**VIOLÊNCIA SEXUAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA TRANSFORMA(DOR)**

Artigo apresentado no Seminário de Socialização dos Trabalhos Acadêmicos do Curso de Especialização em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 06/06/2025

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Deborah Cristina Amorim  
Orientadora

# **VIOLÊNCIA SEXUAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA TRANSFORMA(DOR)**

Sabrina Mello Lazzarin

## **RESUMO**

O presente artigo que contempla o trabalho de conclusão final do Curso de Pós-Graduação *LATO SENSU* em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional versa sobre meu relato de experiência com um grupo de adolescentes de 12 a 17 anos que viveram situações de violência sexual. O grupo em tela foi desenvolvido em um dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social do município de Chapecó no ano de 2023. Minha motivação vem também de experienciar, juntamente com uma colega, psicóloga, como o grupo é potente e permite espaço para falar, sentir, ouvir, acolher. A ideia foi relatar como as adolescentes e nós, profissionais, conseguimos construir um espaço seguro de fala, reflexão, acolhida e sigilo. Ou seja, mostrar como o grupo possibilitou uma identidade, proporcionou a criação de laços de amizade e de confiança para além do CREAS. A vivência que trouxe elas para o Serviço foi a que também as uniu, as amparou e as proporcionou reconstruir e ressignificar o passado.

Palavras-Chave: CREAS; gênero; violência sexual

## **INTRODUÇÃO**

A discussão sobre violência sexual atravessa usuários e profissionais que com elas trabalham, no presente artigo pretendo apresentar minha experiência, como assistente social, no trabalho com um grupo de adolescentes que viveram esta violência. Minha motivação vem também de experienciar como o grupo é potente, como ele permite espaço para falar, sentir, ouvir, acolher, mas também para silenciar no afeto de um abraço, de um colo, de um olhar que diz “eu sei o que você passou, eu sei como isso dói e eu estou aqui, com você”.

O grupo é transformador, “transforma a dor” como diria a cantora e compositora, Mariana Nolasco em sua música Transforma(dor)

“Difícil é entender  
Que isso tudo vai passar  
Espelho meu  
Acho que a gente precisa conversar  
Me diz o que é que tem aí  
Sem ser confusão  
Há algo além do medo  
Escondido em cada intenção  
Esperança de criança  
Temperança amansa a dor  
Calmaria em meio à tempestade  
Silêncio na cidade

E no coração de quem  
Buscou transformação  
Nem tudo é como a gente gostaria  
Mas algo em mim sempre dizia  
Confia, confia  
Que o aperto aí no peito  
Vai mudar de cor  
E a agonia vai embora  
Quando eu acolho esse terror  
Transformador, transformo a dor  
Em toda forma que houver de amor”

Minha proposta neste artigo é fazer esta reflexão solta, mas notadamente teórica, considerando que temos em tela este tema que é doloroso e intensamente desafiador a nós profissionais do Serviço Social. Penso também no desafio que será construir esta conversa rompendo expectativas tendo no horizonte as teorias do Serviço Social. Digo, e você há de concordar comigo, que estou ousando escrever desta forma e peço que sigamos juntos por estes caminhos sinuosos, por que vai valer a pena, você vai ver.

## **1. METODOLOGIA**

O grupo que minha colega da Psicologia e eu desenvolvemos, como dito anteriormente, foi de adolescentes que viveram situação de violência sexual. Sua faixa etária variava de 12 a 17, eram negras, brancas, pardas, altas, baixas, magras, gordas. Apesar das diferenças físicas que as tornavam únicas, todas tinham em comum a forma como chegaram ao CREAS, ou seja, através da coragem e força que tiveram em denunciar as violências que sofreram (falaremos sobre isso mais à frente). Vieram, portanto, encaminhadas pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso, por Conselhos Tutelares, pelo Ministério Público e pela Vara da Infância e Juventude.

Desenvolvemos o grupo quinzenalmente de abril a novembro de 2023 nos turnos matutino e vespertino, com uma pausa no mês de agosto devido a organização interna. Optamos por desenvolver os grupos nos turnos matutino e vespertino devido à idade escolar das adolescentes e a necessidade do Serviço flexibilizar o acesso no contra turno escolar. Algumas das adolescentes eram advindas do ano anterior, outras estavam iniciando o acompanhamento naquele ano. No primeiro encontro sempre buscávamos nos conhecer melhor, explicar a função do Serviço e a proposta do grupo. Entendíamos a

necessidade de ficar bem claro para elas sobre o sigilo grupal – isso não era negociável, e a partir daí construíamos coletivamente os combinados de horários, tolerância de atraso e de faltas no decorrer dos encontros. As temáticas dos encontros que seguiam eram construídas a partir das demandas que elas traziam e que nós, enquanto equipe técnica avaliávamos como necessárias de serem trabalhadas.

Minhas observações sobre a ressignificação e a transformação potente dos grupos aconteceram com as adolescentes que participavam nos dois turnos. Lembro que a mim parecia que elas se complementavam, sem nem mesmo saberem disso. Portanto, durante o relato dos encontros minha narrativa deverá caminhar pelas adolescentes da manhã e da tarde.

Este relato de experiência não tem por objetivo identificar dados de territórios ou das adolescentes e por isso será resguardados o sigilo em apresentar o território ou qualquer outro tipo de informações que possam identificar os sujeitos envolvidos. Trata-se de um relato de experiência que visa desenvolver ideias correlacionadas a reflexões no âmbito qualitativo. Rover (2012, p. 17) em seu artigo intitulado O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevista à análise dos enunciados ao citar

Bauer e Gaskell (2003, p. 32), se referindo à pesquisa qualitativa indicam que é necessário 'compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estas que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social'. Considero importante compreender que no processo da pesquisa não aparecem apenas os dados frios do mundo 'tal qual ele é', nem apenas as necessidades, motivos e interpretações dos diferentes atores sociais, mas também as necessidades, motivos e interpretações dos pesquisadores, no contexto das diferentes leituras de mundo de cada um destes, sejam pesquisadores e/ou pesquisados.

Embora este artigo seja a respeito de relato de experiência e não do desenvolvimento de uma pesquisa, pretendo trazer informações e observações que ocorreram na vivência do grupo como profissional, as quais são inerentes à minha formação crítica no Serviço Social. Trata-se de um olhar subjetivo, atento para a transformação do grupo e no grupo. Ademais, como disse Rover (2012) trata-se de abordar a compreensão e a leitura que as adolescentes demonstravam sobre o mundo, a violência, o machismo e inúmeras outras

pautas que foram trabalhadas nas atividades. Para tanto, trarei para a conversa, autores como: Regina Celia Tamaso Miotto (2020); Ari José Sartori (2011); Liliane Moser (2021); Vicente de Paula Faleiros (1997) e tantos outros que penso, contribuem para a construção e leitura deste artigo.

Desde que iniciei a pós, tive o desejo de escrever sobre essa experiência, porque, de alguma forma, ela me transformou enquanto pessoa e enquanto profissional. A disciplina da Pós Graduação que deu início a este desejo foi a de “Política social na proteção das famílias e o trabalho do(a) assistente social: vulnerabilidades, diversidade e proteção social” com as professoras Dra. Liliane Moser, Me. Rosângela Hünning e Dr. Ari José Sartori. Recordo ainda que ao longo das demais disciplinas cogitei pensar em outro tema para este artigo, mas sempre voltava para este grupo.

Aliás, preciso deixar registrado o quanto está Pós Graduação em Serviço Social, Políticas Sociais e Trabalho Profissional transformou a mim e aos colegas que estiveram presentes ao longo desta jornada. Jornada por deveras desafiadora e gratificante, pois, nos vimos novamente sentados em sala de aula dedicando nosso tempo, saúde mental e, o principal, trazendo nosso fazer profissional para conversar com a teoria. Mas isso também é assunto para outra oportunidade.

## **2. O CREAS E O OLHAR AMPLIADO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Para situar o meu lugar de fazer profissional, atuo há 11 anos na Política de Assistência Social, norteadas pelo Sistema Único de Assistência Social - eternamente comparado com nosso SUS, mas que ao longo dos anos vem tomando forma e consistência mesmo permeado pelos melindres do sistema capitalista neoliberal. O Serviço que atuei nos anos de 2021 a 2024 se encontra dentro da Proteção Social Especial e é tipificado como um Serviço de Média Complexidade. Este Serviço de Média Complexidade recebe o nome de Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e é composto por profissionais do Serviço Social, da Psicologia, do Direito e por vezes da Pedagogia, além de auxiliares administrativos, motorista e a equipe de serviços internos.

O CREAS atende famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. São famílias e pessoas que possuem vínculos familiares fragilizados, muitas vezes por históricos de violência física, psicológica, negligência, violência sexual, abandono, trabalho infantil, discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnias; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras (Orientações técnicas CREAS, 2011).

Concomitantemente ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) há que nos lembrarmos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), do qual o Serviço CREAS também faz parte. De acordo com Biasi (2022, p. 42) em seu livro *A vida nua e o estado educador*

O SGDCA é concebido a partir da articulação e integração entre as instituições governamentais e as organizações da sociedade civil que atuam, nos três níveis de governo, na operacionalização de políticas públicas e na aplicação das normas nacionais e internacionais.

Este sistema precisa atuar de forma integrada em constante processo de articulação e rearticulação, de modo que nenhuma instituição consegue de forma isolada atender de maneira eficaz a diversidade exigida pelo SGDCA.

Retomando o olhar sobre o CREAS, como citei acima, a fim de organizar o trabalho considerando a alta demanda, bem como o que preconiza o caderno de orientações técnicas, desenvolvíamos grupos psicossociais com os responsáveis, com as adolescentes e com as crianças e em momentos específicos, com a família (responsáveis e crianças e/ou adolescentes). Algo que sempre me chamou atenção, não só no tempo de atuação no CREAS, mas por outros Serviços que passei, diz respeito à dificuldade que a assistência social tem em trazer a família para o acompanhamento, na maioria dos casos, família leia-se mulher/mãe tendo em vista que muitas delas além de cuidar da casa e da família, também trabalham fora.

A respeito disso, observei que nesse contexto desigual (social, econômico, político, ambiental) ocorre a persistente responsabilização da família pela proteção social de seus membros, bem como a percepção de que

cabe às mulheres a responsabilidade de realizar o trabalho doméstico e de cuidados de familiares. Há que se considerar que o trabalho na esfera doméstica é importante para a sustentabilidade e o cuidado com a vida humana, no entanto, permanece invisibilizado no âmbito social e político em decorrência tanto de um caráter patriarcal quanto econômico. Patriarcal por conta de uma sociedade construída entendendo que a cultura e a ciência são organizadas pelo masculino no âmbito público. Econômico por que historicamente os sistemas econômicos têm dependido da esfera doméstica que mantém a estrutura familiar que lhes permite garantir a oferta da força de trabalho. Esta estrutura familiar de modo geral é mantida pela mulher dada a sua associação ao status do cuidado social, zelo e responsabilidade pela organização da família. O que nos leva a pensar as relações de gênero dentro do contexto das relações familiares e sociais. (Paiva; Mulinari; Muller; Fernandes; Moser; 2021).

Como vai ser possível perceber mais à frente, não tenho problema em aceitar crítica e muitas vezes em criticar o meu fazer profissional, penso que isso deve caminhar conosco ao longo da carreira a fim de que não entremos na zona de conforto que é reproduzir o que a sociedade entende como “correto”. Digo isso, por que escrevendo o artigo, me dei conta de que eu, enquanto profissional, reforço esse sistema machista e patriarcal que coloca a mulher no centro de tudo e como responsável em fazer as coisas acontecerem ou não. Recordo que durante as intervenções realizadas não só no CREAS, mas em outros Serviços, eu questionava sobre a figura paterna, que por vezes estava trabalhando, ou preso, ou em casa, ou viajando e ficava por aí. O contato principal? Era a mãe. Quem chamávamos para o grupo? A mãe. Quando fazíamos visita domiciliar, quem se organizava para nos receber? A mãe. Quando era preciso lembrar a atividade, quem lembrávamos? A mãe.

Dito isso, retomo que o lugar reservado às mulheres sempre foi o da casa e conseqüentemente do cuidado. Segundo esses mesmos autores ao utilizarem Iasi (2007, p. 126) ressaltam que “o trabalho doméstico pode ser considerado um serviço que compõe uma parte do valor da força de trabalho, visto que ele contribui para a manutenção e reposição diária do trabalhador” seja ele, esposo, pai, filho, tio, primo, etc. Para além dessa atividade não remunerada - que é o cuidado com a casa -, identifiquei, através das

intervenções realizadas, que as famílias/mulheres que frequentavam o CREAS vivenciavam uma sobrecarga que trazia como consequência a diminuição do tempo de descanso, de atividades de lazer, dedicação à vida profissional além de comprometer a possibilidade de adesão ao acompanhamento. Esta sobrecarga de trabalho e responsabilidade refletia nas relações parentais que elas estabeleciam com as/os filhas (os), na medida em que dificultava o diálogo dentro de casa, bem como a possibilidade de passar um tempo de qualidade com as/os filhas/os.

Atrelada a essa dificuldade, aponto ainda que o CREAS não dispunha da possibilidade de atendimentos em horários ampliados, ou seja, após às 18h e aos sábados pela manhã, por exemplo conforme Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2011). Nesse sentido, pensando que houve evolução da política de assistência social, quando diz respeito ao trabalho com famílias, Miotto (2020, p. 35) aponta que ainda não foi possível conseguir se “desvencilhar totalmente de suas amarras históricas e da concepção de família vinculada à ideia de principal responsável pela proteção social. Nessa discussão, forjou-se o jargão da ‘responsabilização da família’”. Esta dinâmica era tão presente no CREAS, que mesmo tendo ciência de toda a conjuntura da família, bem como da indisponibilidade de horários ampliados de atendimento, eu enquanto profissional, solicitava aos órgãos de proteção que executassem a responsabilização da família como uma alternativa de presença no acompanhamento ofertado pelo Serviço.

Para além dessas questões e principalmente em se tratando de violência sexual contra crianças e adolescentes, quando as famílias chegavam ao CREAS para atendimento, além de precisarem lidar com a situação de violência, também estavam aprendendo a lidar com a necessidade de restabelecer uma reorganização familiar, tendo em vista que na maioria dos casos o autor do crime era pai, padrasto, tio, avô e por vezes, um dos provedores da família. Neste sentido é possível pensar a família a partir da teoria social crítica como parte de um conjunto de relações sociais. Segundo Miotto (2020, p. 28) quando cita Saraceno (2013) a família “não é tomada apenas como o lugar de afetos e socialização, mas é reconhecida como unidade econômica e de serviços”. No texto, Miotto (2020) diz ainda que o “assalariamento aprofunda desigualdades dentro da família e gera tensões

entre os seus membros”. Considerando que por vezes um dos provedores também é o autor do crime como citado anteriormente, a família torna-se e mantém-se lugar de violência uma vez que a criança ou adolescente não denuncia por medo/culpa de estar no “centro” ou de ser o “causador” desta necessidade de reorganização familiar quando a violência vem à tona.

Este sentimento de medo e culpa era constante nos relatos das adolescentes como veremos mais à frente. A violência intrafamiliar, seja de cunho psicológico, físico, sexual, causa diversas perdas de saúde. Sartori (2011, p. 83) ao mencionar Estudos da revista *Scientific American of Brasil* de julho de 2002 indica que a violência vivida não pode ser apagada, “cujos efeitos podem se manifestar em qualquer idade. Ou seja, os prejuízos para a criança violentada vão muito além dos danos psíquicos, comprometendo o próprio desenvolvimento da anatomia do cérebro”. Inúmeras das denúncias de violência sexual que chegam ao conhecimento dos órgãos de proteção são de adolescentes que foram violentadas ainda quando crianças e que apenas com mais idade, conseguem romper o silêncio, principalmente por que além do vitimizador ser alguém da família, é alguém que elas confiavam quando criança, alguém que amam e que tem essa relação de parentesco e de poder com elas. (Sartori, 2011).

Por este motivo, é importante, como diz (Schmidt e Areosa, 2023) que no CREAS nós, profissionais que atuamos, consigamos compreender o contexto e o território das famílias, suas histórias, as relações entre os membros e com o contexto social, os fatores de risco ou vulnerabilidade, além de assimilar as conexões complexas do contexto da violação de direitos e o modo como a família percebe e vivencia esse cenário.

Muitas vezes realizei intervenções em que ocorria a negação da violência, a necessidade de tentar relevar o ocorrido e até de menosprezar. Este comportamento das famílias dava-se por fatores históricos de violência ocasionando a naturalização e conseqüentemente a reprodução de padrões violentos. Por isso buscamos proporcionar tanto no grupo quanto no individual um espaço de empatia e criação de vínculos, para que fosse possível entrar em contato com a realidade das famílias sempre demonstrando respeito, interesse e compreensão sobre a sua perspectiva de vida, sem julgamentos.

### **3. VIOLÊNCIA SEXUAL – DO TRAUMA À RESSIGNIFICAÇÃO**

Quando cheguei ao CREAS em abril de 2021 a execução dos grupos psicossociais era dividida entre os profissionais de acordo com as violências, por exemplo, demanda de violência sexual de criança e adolescente era uma dupla composta por assistente social e psicóloga; demanda de violência física e psicológica de criança e adolescente era composta por outra dupla de assistente social e psicóloga, demanda de violência contra a mulher era atendida por uma psicóloga, demanda de idosos por uma assistente social e psicóloga. Os casos, como chamávamos, eram dispostos entre os profissionais do serviço social ou da psicologia. Desta forma, um determinado profissional ficava como referência e conforme entendia necessário, nas intervenções acionava o profissional da outra área a fim de executar o trabalho psicossocial, sim, como deveria ser a maior parte do tempo.

Muito embora houvesse essa divisão dos casos, a demanda de violência sexual especificamente dispunha de um padrão para o acompanhamento da família que era composto por uma dupla de assistente social e psicóloga. As intervenções com a família através de atendimentos e visitas domiciliares, bem como a execução do grupo era sempre pensado de forma interdisciplinar.

Quando iniciei no Serviço, a princípio ficaria com a demanda de violência contra a mulher, posteriormente, em decorrência de uma reorganização interna, fui convidada a atuar na demanda de violência sexual de crianças e adolescentes. Segundo o que foi me passado, por ser uma demanda complexa no tocante tanto ao fazer profissional quanto à história de vida de possíveis violências que perpassam por nós mulheres e profissionais havia certa dificuldade por parte da equipe como um todo em atuar nesta demanda.

Lembro que na época pensei “Será que dou conta?”. Concomitante a este pensamento, recordo que busquei em minhas lembranças difusas da infância, se havia acontecido algo semelhante comigo, algo que caracterizasse uma violência e não encontrei nada. Ledo engano, pois, mais tarde, assim como tantas de nós, tantas das adolescentes que atendíamos todos os dias, tantas de minhas colegas, amigas, primas, familiares, havia vivenciado uma situação que claramente se configura como violência sexual.

Este não é o momento de explicar como ou o que houve, mas me fez refletir como o corpo da criança e ainda mais o corpo feminino não era

respeitado e a infância não era entendida como uma fase do desenvolvimento. Até hoje, na maioria das vezes a infância não é nem mesmo entendida como uma fase em que a criança deve ter seu desejo respeitado.

Por fim, no decorrer destes anos no CREAS atuando com essa demanda, ter me dado conta da violência vivida na infância me conectou a elas de uma forma mais empática. Lembro que apesar de ser tão doloroso ouvir a dor delas, eu conseguia assimilar aquilo e acolher. Ao menos gosto de pensar que sim, haja vista os retornos positivos no que diz respeito aos acompanhamentos realizados com as adolescentes. Mas disso, também trataremos mais à frente.

Quando me deparei com a necessidade de escrever sobre violência sexual, ou seja, quando precisei falar mesmo sobre ela, lembro que precisei dar uma pausa de alguns dias para “refrescar” as ideias, buscar textos e até mesmo descansar. No entanto, era como se esse conteúdo estivesse sob uma nuvem nos meus pensamentos, fiquei pensando “Como? De que forma?”.

Buscando referenciais teóricos encontrei o texto de Vicente de Paula Faleiros (1997) intitulado A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, das desigualdades e do imaginário em que ele diz que

A violência, que, no cotidiano, é apresentada como abuso sexual, psicológico ou físico de crianças e adolescentes, é, pois, uma articulação de relações sociais gerais e específicas, ou seja, de exploração e de forças desiguais nas situações concretas, não podendo, assim, ser vista como se fosse resultante de forças da natureza humana ou extranaturais – por exemplo, obra do demônio – ou um mecanismo autônomo e independente de determinadas relações sociais. Esta violência, manifesta, concretamente, uma relação de poder que se exerce pelo adulto ou mesmo pelo não adulto, porém mais forte, sobre a criança e o adolescente num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro. (1997, p. 42).

Este texto é de 1997 e foi apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes promovida de CECRIA (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente) em Brasília. No entanto, este conceito é tão atual e tão pulsante até hoje que eu observava isso claramente nos relatos das adolescentes. Essa figura de autoridade, de poder, são os pais, os tios, os avós, os primos, aquele amigo que a família confia. São pessoas que tinham o

dever de proteger, de zelar, de cuidar, são essas pessoas que na maioria esmagadora das vezes cometem essas violências. É uma apropriação tão profunda do outro, do discernimento do outro que muitas delas vão se dar conta disso na adolescência. E quanta violência, quanta coisa não suportaram até conseguir ter voz. Para além de ter voz, serem ouvidas.

Vivemos numa sociedade tão machista e patriarcal que as vozes dessas meninas são questionadas a todo o momento, os relatos são colocados à prova, elas são questionadas sobre as roupas que usavam, sobre o comportamento que tinham que poderia levar os homens a agir desta forma. E aí eu pergunto: Como não se sentir culpada por viver esse tipo de violência se esse questionamento vem de dentro de casa? Vem do profissional que atende, vem da família, vem de mulheres para mulheres?

Como eu disse, essa “nuvem” fica tão presente durante o processo de escrita, que recordo agora de um Podcast que ouvi na rede social Spotify. De antemão, me perdoe se você acha esdrúxulo que eu traga isso para um artigo científico, mas a tecnologia está tão presente em nosso dia-a-dia que penso que deve ser usada de uma forma inteligente. A psicóloga Alana Anijar em seu canal Psicologia na Prática, no episódio 124 - Impactos do abuso sexual na vida adulta (2024), discorre sobre a violência sexual. Ela aborda sobre as marcas que a violência sexual vivida na infância e adolescência deixa na vida de quem as sofreu. Durante o episódio ela refere baseada na literatura da psicologia sobre alguns elementos que percebe enquanto profissional nas pessoas que vivenciaram situações de violência independente de por quem foram. Os pontos que mais me chamaram atenção e que tentarei esmiuçar mais à frente tratam-se da: baixa auto estima e relacionamentos abusivos.

A violência sexual, quando acontece principalmente na primeira infância, pode acarretar sérios prejuízos para o desenvolvimento da criança. A depressão é caracterizada como o transtorno que mais acomete pessoas vítimas de abuso sexual infantil (Neto; Rezende; Carvalho; 2021). Isso acontece por que a criança não tem quase nenhuma preparação cognitiva, emocional e física para lidar, para conseguir se defender e principalmente ressignificar considerando a fase do desenvolvimento. Ou seja, essa vulnerabilidade se torna ainda maior por conta de questões biológicas, cognitivas e por fatores sociais como o adultocentrismo, que enfraquecem a

visão da criança como sujeito de direitos, tornando seu discurso menos legítimo.

Durante minha atuação no CREAS, lembro-me como se fosse hoje de uma intervenção que realizamos de forma individual com uma adolescente que nos trouxe informações sobre a violência sexual cometida pelo padrasto desde a infância. Posteriormente realizamos uma intervenção individual com a mãe que estava ainda em processo de negação (durante o acompanhamento, ela nunca saiu dessa fase), de interpretar que a violência foi um mal entendido e de afirmar que eles já haviam conversado e seu marido havia pedido desculpa. Nunca me esqueço que nesse momento minha sensação era de estar correndo lá fora, no quintal do CREAS e gritando “O que tá acontecendo?” Tal qual aquela tirinha do Cascão (figura 1).



Figura 1. Retirada da internet.

As falas pareciam tão desconexas uma da outra, que ouvindo-as falarem não parecia eram mãe e filha. Mesmo na fase da adolescência, essa menina não teve o discurso legitimado. E o resultado? Se casou com 15 anos para sair de casa e findar a violência vivida com o padrasto. Sim, eu sei que ela possivelmente passou a vivenciar a violência de outra forma, mas também, entendi que naquele momento, nós, enquanto Serviço, tínhamos um limite de atuação (isso também é assunto para, quiçá, outro artigo).

Outro elemento que considero importante trazer à tona e que observei na leitura dos artigos a respeito da violência sexual é que muitos autores tratam como abuso sexual. Sobre isso, Neto, W. F. N.; Rezende M. G. C.; Carvalho C. S. (2021, p. 84) em seu artigo O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão, vão dizer que

De acordo com Felipe (2006) o termo abuso é problemático, visto que induz apenas à ideia de excesso. Entretanto, a violência sexual infantil não é apenas um transbordamento, mas uma transgressão

física e simbólica socialmente inaceitável, pois objetifica o corpo infantil.

Os autores discorrem a respeito de como a violência sexual torna o corpo da criança ou do adolescente um objeto a fim de despertar o gozo de quem a deseja numa relação unilateral (2021). E seguem, baseados em Saffioti (1997) e Felipe (2006), afirmando que a pessoa que pratica o abuso é alguém acima de qualquer suspeita, pois, é alguém da família, casado, maior de idade, sem antecedentes criminais e por vezes com um nível econômico médio. Desta forma, o ambiente familiar, como eu disse anteriormente, torna-se o lugar que vulnerabiliza a criança.

Ademais, em minha experiência profissional tenho me deparado também com as crenças religiosas das famílias, que entendo, devem ser respeitadas, mas por vezes se tornam um elemento a mais na desproteção da criança e do adolescente na medida em que relativiza uma situação de violência. O que vivenciei é que muitas vezes a família tem na figura de um pastor ou padre, por exemplo, alguém de autoridade ou alguém que pode mediar uma situação de violência que ocorreu, simplificando os efeitos que essa conduta pode acarretar para a família.

Retomando nossa prosa sobre a experiência com o grupo, como mencionei anteriormente, as demandas a serem trabalhadas foram levantadas a partir da necessidade das adolescentes em concomitância com a nossa avaliação enquanto equipe técnica do que era necessário abordar, refletir, (re)construir, debater, ressignificar com elas. A demanda do CREAS é extremamente complexa dada a função do Serviço, pois, as pessoas ou as famílias vêm quando já tiveram seu direito violado. Recordo que na maioria das vezes os relatos eram permeados de muita dor, sofrimento, de um contexto histórico de ausência de políticas públicas que dessem conta de amparar minimamente essas famílias. Eram mães violentadas historicamente (pela família, pelo estado, pela sociedade) que traziam suas filhas violentadas para o acompanhamento.

Enquanto profissionais, sempre tomávamos o cuidado de ter no horizonte a noção do quão doloroso é vivenciar a violência e de como essa violência pode interferir nas relações que elas passam a construir consigo e com os outros ao longo da vida. Como diria o trecho de um poema escrito por

Geni Núñez (2024, p. 154) em seu livro Felizes por enquanto: escritos sobre outros mundos possíveis

[...] Eu sou forte, mas não queria usar minha força apenas para aguentar dor e sofrimento. Quero também ser forte para viver a alegria, a ternura, a serenidade. Em meio a tanta amargura, eu ainda estou aqui tentando todo dia não repetir as violências que recebi. Pisa levinho no meu terreiro. Chega de mansinho nas minhas memórias. Me ajude a lembrar que as vezes estão erradas e que tenho o direito de amar e ser amada em paz.

Partindo desse cuidado, inicialmente fazíamos com elas uma chuva de ideias do que elas entendiam como importante trabalhar e depois minha colega e eu continuávamos construindo o restante dos temas, pensando atividades, formas de abordar os assuntos, pensávamos que tipo de disparador poderia funcionar com elas, qual música, qual série, qual filme, qual dinâmica ou se seria só uma roda conversa. Por vezes a demanda era tão grande enquanto Serviço, que devo admitir, houveram encontros que foram organizados de um dia para o outro ou no mesmo dia. Muito embora, não se trate de um “erro”, nunca tive problema em admitir que errei, ou que poderia fazer diferente. Mas sei que quem já atuou na ponta da política pública vai entender do que estou falando. Lidamos diariamente com o real e o ideal e por vezes, na maioria esmagadora das vezes o que temos é uma realidade muito distante do ideal, mas mesmo assim, a gente faz funcionar, por elas, que precisam do nosso trabalho.

Voltando ao trabalho com os grupos, organizávamos a sala de uma forma que fosse acolhedora. O lanche vinha de outro setor da Prefeitura e nós organizávamos a mesa e por vezes fazíamos algo diferente com o que tínhamos à disposição. A exemplo de bolo, bolachinhas simples e que fazíamos a cobertura de brigadeiro. Também servíamos café e água. Chá elas diziam que era de gente velha, eu gostava de um chazinho.

Recordo que um assunto que sempre pulsava nos grupos com as adolescentes era exatamente sobre a fase da adolescência e de como surgiam conflitos intergeracionais em casa. Como era lidado com a sexualidade, como isso era tratado na escola e como a própria escola se tornou, no olhar delas, um espaço frágil para abordar sobre esse tema.

As meninas traziam repetidamente em suas falas sobre a dificuldade que a família, neste caso, leia-se a mãe, tem de dialogar sobre sexualidade de uma forma aberta, sem amarras e sem preconceitos. Nesse contexto,

trabalhamos com elas sobre a “mãe real x mãe idealizada”, em que elas refletiam sobre o que gostariam que a mãe conversasse; qual o comportamento que elas gostariam que a mãe apresentasse; sobre o colo que gostariam de receber; sobre o afeto e até sobre os limites e como realmente essa relação era e estava sendo construída. Nesse processo, elas iam e vinham o tempo todo entre o que queriam da mãe e o que recebiam, flutuavam constantemente na mãe idealizada. Porém, também levavam em consideração, no processo reflexivo, que muitas dessas mães, as suas mães, cresceram em lares violentos e sem diálogo, daí a dificuldade em fazer diferente.

Sabemos ainda que a adolescência é uma fase de emoções intensas em que elas estão buscando consolidar, formar, entender sua própria identidade, daí a busca por grupos iguais com quem elas se identifiquem. Wagner, A.; Falcke D.; Silveira, L. M. B. O.; Mosmann, C. P., em seu artigo: A comunicação em famílias com filhos adolescentes (2002, p. 76), trazem que a literatura indica sobre o crescimento de confrontos entre pais e filhos na fase da adolescência.

Este fenômeno ocorre em função de que passa a haver um maior questionamento do filho adolescente com relação às regras, valores e crenças familiares (Blos, 1996; Osório, 1992; Aberastury & Knobel, 1990). Muitas vezes, os pais se surpreendem com as atitudes dos filhos, que ficam mais instáveis, irritados e questionadores - atitudes essas que para os próprios adolescentes podem representar uma forma de diferenciação das figuras parentais e busca de sua própria identidade.

Quando desenvolvíamos o grupo com as mães, vinham as mesmas falas de dificuldade de diálogo, de expectativas sobre as meninas e sobre os outros filhos. Vinham muitas falas afirmando que tentavam conversar, que buscavam as filhas, que orientavam. Mas vinha pouquíssimo, ou quase nada, sobre afeto, acolhimento, escuta, olhar, colo. E eu pensava “Como elas podem dar algo que elas não sabem como fazer?” No grupo tentávamos proporcionar reflexões sobre as ausências maternas que as mães tiveram ao longo da vida e sobre como isso impacta nas relações que elas estavam construindo com as filhas. Era uma gota num oceano de histórias, de violências, de ausências, mas tinha muito amor e de alguma maneira essas mães entendiam que precisavam encontrar uma forma de demonstrar isso.

Em outro encontro com as adolescentes, dividimos elas em dois grupos. Um grupo representou os pais, pensando do ponto de vista deles, e o outro

grupo pensou do ponto de vista dos filhos. Esta divisão foi utilizada para pensarmos sobre o Uso do celular/rede social. Algo que elas traziam em todos os encontros, que a mãe mandava sair do celular, que o pai queria saber com quem estavam conversando. Neste encontro muitas delas pensaram em resolver a situação exatamente como seus pais fazem, as deixando sem celular, sem sair de casa, sem explicações uma vez que elas admitiam não seguir os combinados. Umam defendiam a necessidade do adolescente ter a liberdade de fazer o que quiser e outras defendiam a necessidade de limites. Lembro que nesta dinâmica, ficou muito claro novamente a dificuldade que elas têm de diálogo com os pais e como isso interfere diretamente na forma como elas constroem as relações hoje.

Esta relação com a família e as relações que se constroem a partir da vivência familiar era tão presente que este assunto permeou diversos encontros. Lembro que por vezes íamos e vínhamos nessas discussões e (re) construções com elas. Elas traziam repetidas vezes para o grupo sobre a falta da comunicação e como isso era justificativa para tomar algumas decisões. Para, além disso, se davam conta da reprodução que seus pais desenvolviam na forma de educar, ou seja, baseada nos avós. Em um determinado momento, uma delas trouxe sobre o lado negativo de crescer sendo comparada a outras pessoas, sejam irmãos ou primos. Elas traziam essa comparação como forma errônea de educar ou ensinar ou até estimular ou cobrar algo delas, pois, as faziam se sentir insuficientes.

Em outro dia, construímos com elas o “mapa falado da rede de atendimento” (figuras 2 e 3). Neste encontro, pedimos que elas trouxessem sua experiência sobre os Serviços pelos quais passaram até chegar ao CREAS. Lembro que esta atividade mobilizou por lembrarem de como foi estar em determinados Serviços não se sentindo acolhidas, amparadas e sim, julgadas e por vezes com questionamentos que colocavam em dúvida seu relato. Outras trouxeram relatos positivos de acolhimento, escuta e amparo. Isso denota a fragilidade da rede de atendimento, por vezes, em decorrência da rotatividade de profissionais. Aqui, o CREAS apareceu como espaço de segurança, de acolhimento, de afeto, de construção de relações saudáveis. Elas diziam muito sobre gostar de ir para o CREAS porque conseguíamos proporcionar um espaço de escuta sem julgamento.

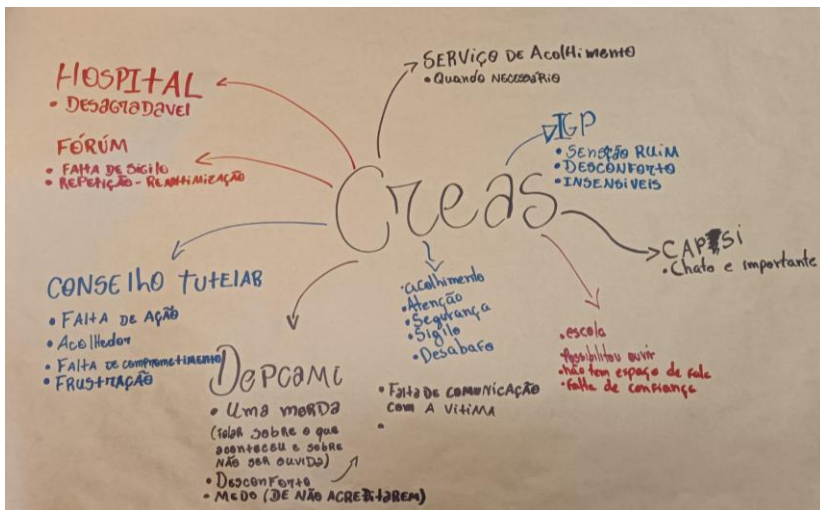


Figura 2. Acervo pessoal.

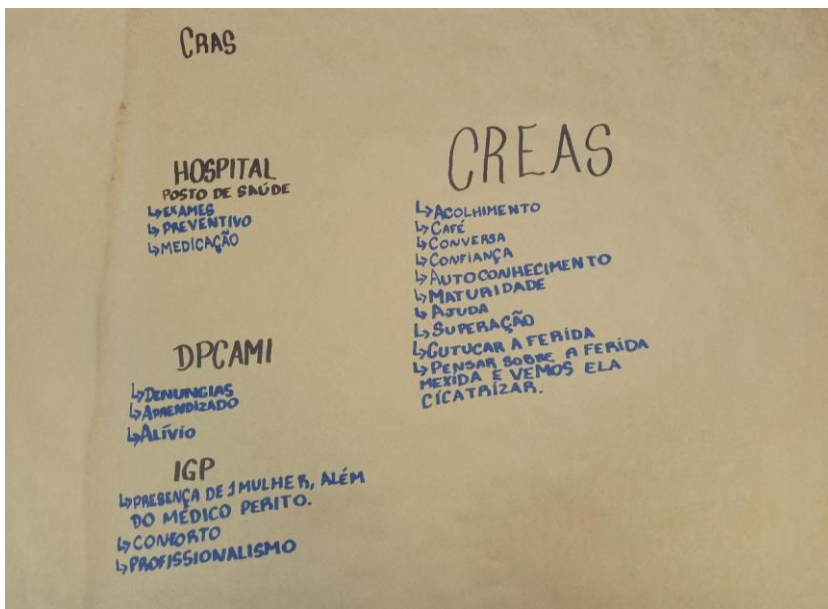


Figura 3. Acervo pessoal.

Noutro encontro realizamos uma roda de conversa e o que emergiu foi a insegurança (com o corpo, as atitudes, as relações) que elas sentem nessa fase de desenvolvimento e como elas entendem que os outros as vêem. A respeito disso, a psicóloga Alana Anijar refere em seu podcast, como mencionei anteriormente, sobre a baixa auto estima. A profissional utiliza a teoria da linha de terapia cognitivo comportamental, que parte do princípio de que os eventos que acontecem principalmente na infância, vão definindo a visão que construímos de nós mesmos e passa a interferir nas relações que construímos a partir dessa visão. Pensar que essas adolescentes viveram situações em que foram violentadas, pode mudar drasticamente a forma como

elas se vêem. Alana (no minuto 12'47) refere que “geralmente é uma visão de rejeição de si mesmo, que são sujas, culpadas, que não tem valor, que mereceram o que aconteceu”.

Recordo que esse encontro me mobilizou por que ficou nítido como elas se sentem inferiores, subjugadas, de como buscam aceitação e aprovação para sobreviver, seja nas relações do âmbito escolar, familiar ou no círculo de amizades. Observei, e elas também refletiram, que nessas relações deixam de ser quem são para que sejam aceitas pelo outro. Trouxeram muito sobre o julgamento com a forma física, com o corpo dito padrão e do sofrimento que isso causa nelas. Recordo-me do espanto que senti, pois, as via lindas, inteligentes, fortes e elas nem por um momento se percebiam assim.

Realizamos também discussões sobre assuntos que elas elencaram como importantes, tais como, drogas, sexualidade, religião, aborto. Algumas delas trouxeram sobre não serem aceitas em casa pela orientação sexual, ou seja, não terem sua identidade respeitada. Me lembro de uma situação específica de uma adolescente que a mãe apresentava extrema dificuldade em aceitar a homossexualidade dela. Até a fase inicial da adolescência sequer respeitava a forma como ela gostava de se vestir, ou seja, fazia com que ela usasse vestidos, laços, sapatos. Essa adolescente ficou conosco por bastante tempo, a acompanhei em 2022, tímida, quieta, com crises de ansiedade no grupo, por vezes tendo que sair no meio da atividade. De 2022 para 2023 houve a troca de profissional da psicologia e, no ano desse grupo que relato essa experiência, essa adolescente voou, se tornou comunicativa, propositiva no grupo, brincalhona, acolhedora, extremamente crítica e por vezes “pavio curto” como chamamos aqui quando a pessoa é impaciente. E ousou dizer que isso se deve ao fato dela se identificar com a profissional que assumiu o grupo junto comigo. Emociona-me muito lembrar essa menina em específico.

Agora, estruturando esse relato de experiência, recordo que esses encontros que citei foram pesados, difíceis e cansativos emocionalmente e fisicamente para elas e para nós, pois, mexeram com coisas tão subjetivas que em um determinado encontro resolvemos deixar o planejamento de lado jogar “Stop” e lanchar. Mas você entende que mexeu com o que era para mexer? O CREAS tá ali pra isso, pra tocar nessa ferida, pra fazer doer, pra olhar pra esse elefante branco que tá no meio da sala e encarar ele com todas as dores, indignações, tristezas, lutos, com tudo o que precisa vir e emergir. Não

tínhamos o receio de revitimizar, e entendo, que isso precisa ser evitado pelos Serviços. Mas também, enquanto profissional penso, que se existe um espaço que é necessário falar e sentir sobre isso, é o CREAS. É ali que precisa acontecer a ressignificação, a mudança. E é isso que nós, enquanto profissionais, precisamos proporcionar, pois falar da violência, dizer o que é violência, isso tudo é feito na escola, no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), no Serviço de Convivência e são movimentos importantíssimos de prevenção. Mas no CREAS, no trabalho com grupos, ali é pra trazer sentimento, dor, tristeza, alegria, indignação, raiva, afeto, conhecimento, compartilhamento, lembranças, risos, choros, abraços, felicidades, encontros e desencontros com as memórias. Trazer e proporcionar uma crítica reflexiva sobre a sociedade em que vivemos, ali era o espaço delas, feito pra elas e por elas.

Posteriormente retomamos a programação e dialogamos sobre perspectivas de futuro, sobre como se constroem as relações a partir do olhar do que é vivido e aprendido na família.

Estávamos nos encaminhando para meados do segundo semestre quando um vídeo que passamos sobre “relacionamento abusivo” com reflexões de vivências e reproduções proporcionou o *insigth* delas de se perceberem em relações abusivas e, para além, praticarem o abuso dentro do relacionamento. Entendendo como algo natural, normal, que todo mundo faz. Elas traziam exemplos desse abuso através do controle da rede social, da necessidade de determinar com quem o namorado ou namorada podia conversar, ter senhas das redes sociais um do outro.

A respeito desse tema, relacionamentos abusivos, retomo a fala de Alana Anijar (2024) quando ela refere que na medida em que as pessoas não conseguem trabalhar essa violência e o trauma, elas passam a construir relacionamentos amorosos, familiares, sociais que não são saudáveis. É comum que uma pessoa que vivencia esse tipo de violência desenvolva e entenda de forma distorcida sobre como demonstrar e receber amor, afeto, pois, parte do princípio que se alguém que diz amar trata dessa forma, abusando, violentando, então, esse é o tipo de relação na qual ela deve e merece estar. Por fim, a pessoa passa a entender que o sentimento está relacionado à tristeza, ao abuso, a controle, a dor, por que é assim que ela

aprendeu, e isso acontece por que não tem um parâmetro de relações saudáveis, de amor próprio e que envolvam respeito.

Este encontro rendeu outro encontro em que elas conseguiram fazer a associação das vivências de relações abusivas nas gerações anteriores, violência física, psicológica, machismo estrutural, ausência de discussões sobre o tema nas escolas, reprodução do machismo nas instituições educacionais. Elas trouxeram exemplos de como muitas vezes tinham que se vestir de determinada maneira para evitar que um menino praticasse alguma situação de violência com elas na escola, por exemplo.

Na disciplina de Estado Democrático de Direitos, Direitos Humanos e Política Social, a professora Me. Adriana De Toni trabalhou conosco sobre os Cadernos do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Especificamente o Caderno 6, da Série Assistente Social no Combate ao Preconceito, dispõe sobre o Machismo (2019). Esse texto trouxe reflexões sobre as diferentes formas que o machismo se expressa e que essas expressões podem ser mais diretas ou mais sutis e que via de regra, a mulher é quem sofre esse preconceito explícito através da

raça/etnia, identidade, orientação sexual, tipo físico, geração, religião (ou ausência dela) e territórios; em relação às inserções profissionais, principalmente em espaços hegemonicamente ocupados por homens; quanto aos comportamentos que desafiam as expectativas sociais no que se refere à ideia de “feminilidade” (modos de vestir, maneiras de falar...). (2019, p. 9)

Lembro-me que nesse encontro fiquei impressionada com a visão crítica delas, e como esta ausência de diálogo, principalmente na escola as incomoda, elas percebem que precisa ser diferente e trazem isso à tona quando tem a oportunidade de comunicar. Além disso, elas traziam também algo revelador, que era sobre a mudança no comportamento de alguns meninos, de rechaçar comportamento machista dos amigos, de entender que essas falas são preconceituosas. Nesses momentos eu lembro que pensava “Caraca!!!! Elas são demais!!!”

Quando estávamos nos encaminhando para finalizar o ano, realizamos a atividade com o questionamento "Quem eu sou?" e "Quem eu quero ser?". Elas conseguiram falar com consciência sobre os traumas que sofreram, sobre como isso as modificou, sobre como elas constroem as relações a partir dali, bem como sobre as perspectivas de independência com a maioria, principalmente no sentido de liberdade.

Ao final do primeiro e do segundo semestre realizamos avaliações do grupo. Algo que nos deixou extremamente felizes foi a forma como elas e nós conseguimos construir um espaço seguro de fala, reflexão, acolhida e sigilo. Sempre brincávamos com elas que “o que acontece em Vegas, fica em Vegas”. Na primeira vez precisei explicar essa analogia considerando a idade delas, mas depois, elas terminavam a frase.

Outras avaliações que emergiram foram as de identificação com as demais adolescentes. O grupo deu a elas uma identidade, proporcionou criar laços de amizade, de confiança para além do CREAS. A vivência que trouxe elas para o Serviço foi a que também as uniu, as amparou e as proporcionou reconstruir e ressignificar o passado.

Para além do encontro de avaliação, elas combinaram e nós apenas concordamos em assistir um filme de terror no espaço do CREAS. Nessa tarde elas trouxeram pipoca, refrigerante, doces, empatia, afeto, amizade, amparo e laços amarrados por algo transforma(dor).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tantas vezes penso nessas palavras: considerações finais. E tantas vezes quanto penso, me questiono “O que concluí com esse artigo?” Agora, com algumas tantas páginas escritas sem ainda saber o final, sem ter todas as orientações (inerentes ao processo de escrita), sem saber o quanto dele vou precisar mudar, preciso compartilhar com você o quanto me emocionou, o quanto me mobilizou escrever sobre isso e lembrar do rostinho delas no grupo, do olhar, do tom de voz. Por vezes gostaria que minha memória não falhasse tanto e eu pudesse trazer mais elementos, sabe? Mais detalhes, mais palavras, mas a sensação está tão viva aqui dentro do meu coração, que tantas vezes quantas sentei pra escrever, me emocione com essas lembranças.

No serviço público dificilmente sabemos quando ou por quanto tempo vamos estar no mesmo lugar e isso tem seus prós e contras, mas nem mesmo essa dinâmica pode me tirar a realização de ter vivido isso enquanto profissional, de ter proporcionado e possibilitado a elas esse espaço. E há que se pensar que não fiz mais do que minha obrigação, mas andamos em tempos tão obscuros, densos e contraditórios que penso que por mais que essa seja

mesmo minha obrigação, nem sempre consigo fazê-la da forma como gostaria, mas isso também é assunto para outra pauta ou até mesmo para um café.

Este grupo, com essas adolescentes, com essa colega de trabalho, com essas dinâmicas, no contexto que ocorreu, com toda certeza é o meu potinho de esperança, e é esse potinho que eu abro tantas vezes quantas forem necessárias no meu dia a dia profissional e espero que de alguma forma, esse também possa ser o seu potinho de esperança.

Foi a partir da identificação no grupo que elas construíram laços de amizade, de afeto, de brincadeiras, de compartilhamentos. E como diria Antonio Bispo dos Santos em seu livro *A terra dá, a terra quer* (2023 p. 21)

Quando ouço a palavra confluência ou a palavra compartilhamento pelo mundo, fico muito festivo. Quando ouço troca, entretanto, sempre digo: 'Cuidado, não é troca, é compartilhamento'. Porque a troca significa um relógio por um relógio, um objeto por outro objeto, enquanto no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham. Quando me relaciono com afeto com alguém, recebo uma recíproca desse afeto. Afeto vai e vem. O compartilhamento é uma coisa que rende.

Agora que o artigo está findado, as lágrimas transbordam mais uma vez. Penso que precisava escrever essas palavras mais por mim do que por elas e também para mostrar e lembrar como o nosso trabalho é realizado. Andamos em tempos em que pensar que trabalhar por amor não paga as contas, e realmente, não paga mesmo, mas ainda assim trabalho por amor, com amor, porque é ali, num grupo, numa intervenção, num acompanhamento que vejo a transformação acontecer, nem sempre como poderia ser, mas do jeito que aquela família, aquela adolescente consegue naquele momento.

Fico tranquila em dizer que o grupo veio com essa função, de criar um espaço que pudesse encorajar a expressão dos sentimentos relacionados à violência, que elas pudessem confiar que quem estava ali iria acolher, ouvir, entender. Criamos um espaço de fala seguro para que elas pudessem no tempo delas, do jeito delas, verbalizar ou apenas pensar sobre como foi viver e o que ainda carregam e que talvez sempre vão carregar e como isso impacta na vida delas. Talvez uma diferença significativa é que depois do grupo, elas

continuam carregando essas lembranças, mas seguem aprendendo a olhar e lidar com elas de outra forma.

É como eu disse anteriormente, naquela última tarde elas trouxeram pipoca, refrigerante, doces, empatia, afeto, amizade, amparo e laços amarrados por algo transforma(dor).

## **REFERÊNCIAS**

ANIJAR, Alana. Episódio 124 Impactos do abuso sexual na vida adulta. Psicóloga Alana Anijar. Podcast Psicologia na Prática. (2024). Disponível em Spotify: <https://open.spotify.com/episode/0XyyPRJypCTBAXCy0cXQGA>

BIASI, Ana Soraia Haddad. A vida nua e o estado educador – o ECA em perspectivas. Florianópolis: Emais, 2022.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

BRASIL. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Brasília, DF, 2011. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

BRÊTAS, José Roberto da Silva; OHARA, Conceição Vieira da Silva; JARDIM, Dulcilene Pereira; JUNIOR, Wagner de Aguiar; OLIVEIRA, José Rodrigo de. *Aspectos da sexualidade na adolescência*. In: **Revista Ciência e saúde coletiva** São Paulo, v. 16. Jul 2011. p. 3221-3228. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/frXq7n3jXMmhzSmJqRWPwnL/>

CFESS. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito – Machismo. Caderno 6. Org. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília – DF, Ano 2019. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno06-Machismo-Site.pdf>

FALEIROS, Vicente de Paula. *A violência sexual conta crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário*. Trabalho apresentado na Oficina de Indicadores da Violência Intra-familiar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes promovida pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a criança e o adolescente. Brasília de 01 a 02/12/1997, p. 37-56.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro. In: FAVERO, Eunice Terezinha (Org.). *Famílias na cena contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 23-44 Disponível em: [https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6\\_23cd3a2e0e0a45f89d194a1ea15f79ae.pdf](https://www.editoranavegando.com/files/ugd/35e7c6_23cd3a2e0e0a45f89d194a1ea15f79ae.pdf)

NETO, Wilmar Ferreira Neves; REZENDE, Marilia Gabriela Costa; CARVALHO, Cintia de Souza. O abuso sexual infantil e a cultura do silêncio: machismo, racismo e adultocentrismo em questão (p. 81-92). In: *Periódicus*. Salvador n. 16, v. 2, set 2021-dez 2021. Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>

NÚÑES, Geni. Felizes por enquanto: escritos sobre outros mundos possíveis. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

SCHMIDT, Silvia Stefanie & AREOSA, Virginia Coutinho. *Violência doméstica, assistência social e a percepção dos profissionais sobre suas práticas*. In: SENHORAS, Elói Martins; et al. **Assistência Social: Agendas Contemporâneas**. Boa Vista, Editora Iole, 2023 p. 297-315.

PAIVA, A.; MULINARI, B. MULLER, E. FERNANDES, J. MOSER, L. *Política social, família e gênero: ciclos de vida e responsabilização das mulheres no trabalho do cuidado*. In: PAIVA, Beatriz Augusto de; et al. **Serviço Social [recurso eletrônico]: questão social e direitos humanos**. Florianópolis, Volume IV. Editora da UFSC, 2021. p. 123-143. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/978-65-5805-022-3>

SARTORI, Ari J. *Violências contra criança e mulher, jovem ou adulta*. In: SARTORI, Ari J. et al. **Gênero na Educação: espaço para a diversidade**. Florianópolis, Genus 1ª Reimpr. 3ª Ed. 2011. p. 78-101.

ROVER, Oscar Jose. *O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevista à análise dos enunciados*. In: **Revista Grifos**. Chapecó, n 32/33. 2012. p. 13-28.